

REESTRUTURAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL

RESUMO

A implantação de projetos urbanísticos relacionados aos Megaeventos Esportivos sediados no Brasil e dos interesses hegemônicos, superam os interesses populares relacionados ao direito à moradia. Seguindo a lógica de mercado, as necessidades de acumulação do capital superam a importância do pertencimento do indivíduo ou do grupo no seu contexto social ao lugar em questão, desalojando os indivíduos sem se preocupar com as consequências ao cotidiano dos mesmos. A reestruturação do espaço engloba os espaços de produção, os espaços de consumo e circulação, tanto quanto os espaços da reprodução. Existindo, assim, uma relação entre a reestruturação produtiva, iniciada a partir da crise do fordismo, e a reestruturação que se opera nos espaços intraurbanos e interurbanos. A partir das noções de segregação que a dinâmica capitalista de (des)apropriação do espaço urbano, e sua latente mercantilização, nota-se no presente cenário urbano brasileiro, sobretudo nas áreas de assentamentos precários, uma tendência à Reestruturação Urbana.

Palavras-chave: reestruturação urbana, segregação socioespacial, espaço urbano.

ABSTRACT

The implementation of urban projects related to mega sports events held in Brazil, and hegemonic interests, outweigh the popular interests related to the right to housing. Following the market logic of capital accumulation needs outweigh the importance of belonging of the individual or the group as a social context for the post concerned, displacing individuals without worrying about the consequences to the daily life of the same. The restructuring of space encompasses the production spaces, spaces of consumption and circulation, as well as the reproduction of spaces. There is, therefore, a relationship between the productive restructuring, started from the crisis of Fordism, and the restructuring that operates in intraurbans and intercity spaces. From the segregation that dynamic capitalist notions of (ex) appropriation of urban space and its latent commercialization, there is in this Brazilian urban setting, especially in slum areas, a tendency to Urban Restructuring.

Keywords: urban restructuring, socio-spatial segregation, urban space.

RESUMEN

La implementación de proyectos urbanos relacionados con grandes eventos deportivos celebrados en Brasil y los intereses hegemónicos, superan a los intereses populares relacionados con el derecho a la vivienda. Siguiendo la lógica de mercado de las necesidades de acumulación de capital mayores que la importancia de la pertenencia de la persona o el grupo en su contexto social para el puesto de que se trate, desplazando a las personas sin tener que preocuparse por las consecuencias para la vida cotidiana de la misma. La reestructuración del espacio abarca los espacios de producción, espacios de consumo y la circulación, así como la reproducción de los espacios. Hay, por lo tanto, una relación entre la reestructuración productiva, comenzó a partir de la crisis del fordismo, y la reestructuración que opera en intraurbanos y espacios interurbanos. A partir de la segregación que las nociones capitalistas dinámicas de (des)apropiación del espacio urbano y su comercialización latente, existe en este entorno urbano de Brasil, especialmente en los barrios pobres, una tendencia a Urban Reestructuración.

Palabras clave: la reestructuración urbana, la segregación socio-espacial, espacio urbano

Camila Pontin Novaes
UNESP- Campus de Presidente
Prudente
camilapontin@yahoo.com.br

Adilson Toledo Bernardes
UNESP- Campus de Ourinhos
adilson.mariachi@gmail.com

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

No espaço contraditório da cidade ocorrem diversas lutas sociais, sendo uma das principais lutas a de direito à moradia. Numa sociedade onde parcela significativa da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, entende-se que a habitação é um direito de acesso restritivo. Dessa forma, os grupos sociais excluídos desse direito têm como uma das possibilidades de moradia os assentamentos precários e em áreas periféricas.

A crescente mercantilização do espaço para implantação de projetos urbanísticos relacionados à mobilidade, o atendimento das necessidades dos Megaeventos Esportivos sediados no Brasil, e dos interesses hegemônicos, superam os interesses populares relacionados ao direito à moradia. Em decorrência disso, muitas desapropriações foram realizadas para que fossem implantados projetos urbanísticos, de mobilidade e de consumo. Como nos Jogos da Copa Mundial da FIFA de 2014 e Olimpíadas de 2016, acarretando em remoções na ordem de 170 mil pessoas (CPC, 2012). As grandes intervenções urbanas não representam um movimento de redistribuição de infraestrutura, de equipamentos urbanos nem de implantação de políticas habitacionais, o que acaba tornando as cidades mais divididas, normatizadas e privatizadas (SOARES, 2013).

Nesse sentido, o presente trabalho parte da noção de reestruturação urbana de Edward Soja para entender o processo de ruptura na ordem e na configuração da vida social, econômica e política na cidade. Que implica na dinâmica de fluxos e de transições, ações ofensivas e defensivas, em uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança dos espaços nas cidades. A reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material, sendo palco de intensas disputas territoriais em seus aspectos materiais e imateriais do espaço urbano. (SOJA, 1993)

O ESPAÇO URBANO DESIGUAL

Entendendo que o espaço urbano é um espaço de conflito e de disputa das classes sociais, acentuados pelas desigualdades, há diferentes processos, como diferenciação e segregação sócio-espacial, que elucidam sobre como a sociedade se organiza e reorganiza de acordo com a atuação dos agentes produtores (Estado, classe dominante, grupos excluídos) do espaço urbano.

Para Corrêa (2005), o espaço urbano capitalista é um produto da sociedade, que resulta do acúmulo de ações através do tempo, e produzidas por agentes que produzem e consomem espaço. Esses agentes têm ação “complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”. (CORRÊA, 2005, p.11) Ainda segundo o autor, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes. Sendo que a “desigualdade constitui-se numa característica própria do espaço urbano capitalista”. (CORRÊA, 2005, p.8)

Magrini (2013) traz a segregação socioespacial como um processo que pode ser considerado simultaneamente como produtor e produto da diferenciação socioespacial. As fraturas sociais reproduzidas no espaço também atuam na produção ou acentuação delas, devendo a segregação ser entendida como um processo pautado na indissociabilidade das dinâmicas sociais e espaciais, sendo melhor adjetivada, assim,

com a expressão socioespacial. O conteúdo das diferenças é utilizado como fator de estímulo para as separações dos diferentes segmentos sociais pelos espaços urbanos, configurando o processo de segregação socioespacial.

O espaço da cidade é também onde ocorrem as lutas sociais, sendo uma das principais lutas a de direito à moradia. Assim, os grupos sociais excluídos tem como uma das possibilidades os assentamentos precários em áreas periféricas e favelas.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 2005, p.30)

Das diferenciações que podem ser refletidas no espaço, os aspectos socioeconômicos têm dominância, devido à sua centralidade na definição da estrutura social, que é reproduzida no espaço, fazendo com que a segregação socioespacial predominante reflita este tipo de diferenciação e a reforce. Estas áreas de moradias podem ser entendidas como áreas de diferenciação sócio-espacial, ou como áreas de segregação sócio-espacial, como buscar-se-á tratar neste trabalho.

O CONCEITO DE DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

São múltiplas e complementares entre si as possibilidades de se analisar a diferenciação sócio-espacial, considerando as temporalidades e escalas. Segundo Corrêa (2007), o debate está centrado, de um lado, no caráter necessário e inevitável dessas diferenças e, de outro, na possibilidade de minimizar essas diferenças.

O autor traz ainda que as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo, sendo que até o final do século XIX, as diferenças eram resultantes de organizações sócio-culturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento de forças produtivas, as quais o capitalismo iria criar e difundir a partir da segunda metade do século XIX, o que seria essencial para a consolidação e novas formas de acumulação a partir do espaço urbano. A partir deste momento o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar, reestruturar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e do espaço intra-urbano. Sendo essas diferenças sócio-espaciais reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista (CORRÊA, 2007), podemos inferir que as dinâmicas de (re)estruturação urbana respondem diretamente às necessidades historicamente determinadas do processo de acumulação capitalista, surtindo efeitos visíveis no espaço da cidade e também atuam como uma força motriz desse processo. Em outras palavras, a reestruturação urbana é meio e resultado das necessidades do modo de produção vigente.

Para Carlos (2007), o espaço é compreendido como movimento e processo realizando-se na tríade condição-meio e produto da produção/reprodução da sociedade. O que permitiria apresentar os níveis da realidade e as escalas capazes de permitir uma compreensão dos elementos que fundam a “diferenciação socioespacial”, qualificando-as a partir de três níveis da realidade que por sua vez se interrelacionam, a saber

“econômico, político e social” e apontando, também, a articulação de diferentes escalas espaciais. Para a autora o nível social é o mais importante sendo nele que os dois outros ganham visibilidade, realizando-se, manifestando as condições em que se realiza a vida da sociedade no plano da vida cotidiana onde nos defrontamos com a dialética entre o desejo e a necessidade, isto é, da dialética entre o uso (como apropriação necessária dos lugares de realização da vida) e o valor de troca (a extensão do mundo da mercadoria produzindo o espaço que, nesta condição, entra em choque com as determinações da vida, e se torna em essência também uma mercadoria).

A produção do espaço pela lógica capitalista assume a característica de fragmentado como decorrência da generalização do processo de sua mercantilização (fundada na existência da propriedade privada do solo urbano e da ação dos empreendedores imobiliários), revelando que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe. “Isto é, grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, o que torna as estratégias conflitantes. (CARLOS, 2007, p.54)

O espaço produzido enquanto mercadoria faz do acesso ao uso uma relação necessariamente mediada pelo mercado imobiliário, o que gerou um amplo movimento de luta pela moradia na cidade como modo de questionar essa produção. Nesse sentido Correa (2007) traz o conceito da escala do intra-urbano e Carlos (2007) traz a noção do cotidiano.

De modo conceitual, na escala do intra-urbano, onde a divisão social do espaço se exprime por uma reunião de áreas sociais, “identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de status sócio-econômico, infraestrutura, características familiares, migrações, e onde for o caso, etnia, língua e religião” (CORRÊA, 2007, p.66) a uniformidade de tais características origina áreas sociais ou bairros homogêneos, sendo produto da existência de classes sociais e de suas distintas formas de territorialização.

A introdução à noção do cotidiano, traz este como lugar da ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto, da reivindicação do “direito ao uso”. Essa dimensão permite compreender o acesso diferenciado das classes sociais ao espaço, e as disputas territoriais intrínsecas a esse processo. (CARLOS, 2007)

O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A questão de como morar é um problema relacionado à produção de habitação. Sendo esta uma mercadoria, possuindo valor de uso e de troca, sujeita aos mecanismos de mercado, onde acaba se excluindo uma parcela da população a seu acesso. Tendo esta parcela da população a alternativa de sublocação de residências, autoconstrução na periferia da cidade e a construção de barracos em favelas. Os responsáveis pela segregação podem ser o próprio Estado e as classes dominantes, com o controle do mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção que acaba seletivamente direcionando a localização dos grupos sociais no espaço urbano. (CORRÊA, 2007)

Assim, cada área de segregação é o resultado de atuação de uma combinação de forças de seleção. Entretanto, existe em geral um atributo de seleção mais dominante do que outros, o qual se torna o fator predominante de segregação. Podendo referir-se ao processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores. (CASTELLS, 1983)

De acordo com Magrini (2013), a segregação sócio-espacial é relacional, pois as ações de um segmento social impactam nas ações dos outros grupos, revelando a

interdependência entre as práticas dos diferentes segmentos sociais que compõem as cidades. Um espaço e seus moradores são sempre segregados a partir de, e em relação a, outros espaços e seus grupos sociais correspondentes. Assim, se um conjunto de indivíduos decide, ou é impelido por elementos político-econômicos a viver entre seus iguais está, ao mesmo tempo, se segregando – por criar homogeneidade interna a seus espaços– e segregando outros segmentos sociais, que não se encaixam nos determinantes dessa área segregada em questão.

Essa segregação se expressa na auto-segregação e na segregação imposta.

A auto-segregação e a segregação imposta são processos intimamente interligados: enquanto os segmentos de maior poder aquisitivo – com maior poder de seletividade espacial– ao escolherem residir em espaços homogêneos, entre seus “iguais”, geram a segregação de seus espaços, produzem a segregação dos demais segmentos sociais que não têm acesso a estes espaços destinados aos setores dominantes. (MAGRINI, 2013, p.385)

Já a Segregação imposta se refere àquela “dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas” (CORRÊA, 2005, p.64), ocasionando um processo de criação de espaços periféricos social e economicamente, e de apropriação de classes sociais exploradas.

Aprofundando as diferenciações colocadas no plano socioeconômico, a segregação produz a hierarquização material e subjetiva dos diferentes espaços das cidades. Hierarquização que tende a se perpetuar, diante das desigualdades da distribuição de poder entre os diferentes segmentos sociais que disputam os espaços das cidades. (MAGRINI, 2013) Assim, a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais e de suas desigualdades inerentes à produção capitalista do espaço.

O CONCEITO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

A partir das noções de segregação que a dinâmica capitalista de (des)apropriação do espaço urbano, e sua latente mercantilização, nota-se no presente cenário urbano brasileiro, especialmente nas áreas sobreaquecidas economicamente pela realização de Megaeventos e suas implicações, uma tendência à Reestruturação Urbana.

Para tanto, a reestruturação urbana pode ser entendida como uma ruptura de tendências e de uma mudança na ordem e na configuração da vida social, econômica e política na cidade. Implica, portanto uma dinâmica de fluxos e de transições, ações ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança dos espaços nas cidades. Em sua hierarquia de manifestação, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material, sendo palco de intensas disputas territoriais em seus aspectos materiais e imateriais do espaço urbano. (SOJA, 1993)

De acordo com Soja (1993), são três as principais correntes que tratam da reestruturação espacial. A primeira delas inicia pela reestruturação ontológica que propôs a reafirmação do espaço na teoria social crítica e no discurso filosófico. A segunda corrente tem sido guiada pela espacialização do marxismo ocidental e diz respeito à economia política material da acumulação capitalista e da luta de classes, no contexto do desenvolvimento urbano e regional pós-fordista, a partir da década de 1970. A terceira corrente acrescenta à economia política urbana e regional uma dimensão e uma crítica culturais insistentes, que estendem a reestruturação aos debates sobre a natureza da modernidade, da modernização e do modernismo.

Para Sposito (2007), a concepção de Soja acerca do termo reestruturação é pertinente considerando que vivemos momentos de mudanças quanto aos processos de estruturação urbana e das cidades. A autora nomeia de reestruturação urbana as dinâmicas e processos referentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; e como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana. Dessa forma, procura articular duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem. Foca ainda na escala intra-urbana, notando a ocorrência de dinâmicas de reestruturação dessas cidades, independentemente da espessura das transformações observadas no que concerne aos papéis que desempenham nas escalas regionais, nacional ou internacional.

Para Whitacker (2013) a produção do espaço pode ser compreendida como processo constituinte e constituído da produção social e, portanto, econômica, onde a reestruturação é, ao mesmo tempo em que possui, uma dimensão espacial. Para o autor, a reestruturação produtiva, as mudanças profundas e pontuais na maneira como se organiza e reorganiza a produção (em seu sentido mais amplo) hegemônica, vem seguida por uma reestruturação do espaço. Dessa maneira a reestruturação do espaço engloba os espaços de produção (agora em um sentido mais restrito), os espaços de consumo e circulação, tanto quanto os espaços da reprodução. Existindo, assim, uma relação entre a reestruturação produtiva, iniciada a partir da crise do fordismo, e a reestruturação que se opera nos espaços intraurbanos e interurbanos. O período pós-fordista se apresenta como um novo regime de acumulação capitalista, modelo no qual se fundamenta na reestruturação produtiva, na flexibilidade dos arranjos e na compressão espaço temporal, para reduzir o ciclo produtivo do capital e ampliar os lucros (Harvey, 2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que de forma predominante as áreas que recebem os projetos se caracterizam como áreas de diferenciação sócio-espacial, com preponderância do caráter sócio-econômico como fator da diferença. Além disso, as diferenciações podem gerar áreas segregadas ou partir delas, podendo ser os responsáveis pela segregação sócio-espacial o próprio Estado e a classe dominante, através do controle do mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção que acaba seletivamente direcionando a localização dos grupos sociais no espaço urbano.

Vimos que a cidade no modo de produção capitalista segue a lógica de mercado e que os projetos relacionados aos Megaeventos esportivos se inserem na tendência do processo de reestruturação urbana na medida em que mercantiliza ainda mais o espaço urbano, se destinando a atender as necessidades de consumo de uma parcela privilegiada da população, enquanto que a outra parcela excluída procura suprir as necessidades materiais mínimas de reprodução da vida social, através da luta pela moradia. Estes se veem marginalizados pelos agentes dominantes que atuam também como produtores do espaço urbano, no entanto tais agentes, hegemônicos, e que possuem maior influência sobre a produção do espaço buscam a acumulação de capital e sua reprodução ampliada, reproduzindo e reestruturando o espaço de forma a criar cada vez mais desigualdades sociais e, por sua vez, acirrando os conflitos de classe na cidade.

Os Megaeventos esportivos trazem a tona conflitos latentes pela posse da terra no espaço intra-urbano, deixando evidente o caráter mercadológico do espaço urbano brasileiro, ampliando os anseios da burguesia por acumulação e descortinando a

natureza desigual das cidades brasileiras. O resultado é o acirramento das lutas sociais de resistência nas cidades tendo como pano de fundo a reestruturação urbana e seus impactos sobre a classe social não-dominante

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **Cidades**, v.4, n.6, 2007, p.45-60.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 1ª edição em português.
- COMITÊS POPULARES DA COPA - CPC. **Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. CPC. 2012. Disponível em: <www.portaldacopa.org.br> Acesso em: 31 out 2013.
- CORREA, Roberto Lobato. Diferenciação Socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v.4, n.6, 2007, p.61-72.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 4ªed. 2005.
- HARVEY, David. 2009. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.
- MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves: Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em geografia, FCT – UNESP, 2013.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Megaeventos Esportivos e o Urbano: A Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades Brasileiras**. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, art. 11, p. 195-214, Out./Dez. 2013
- SOJA, Edward W. **Geografias pós modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista**. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, v 11, n. 245, 1 de agosto de 2007. p.741-798
- WHITACKER, Arthur. M. **Estrutura Urbana**. Urbanização e Produção do Espaço. PPGG/FCT/Unesp, 2013. [notas de aula]